

Mendonça de Barros: “É hora de flexibilizar”

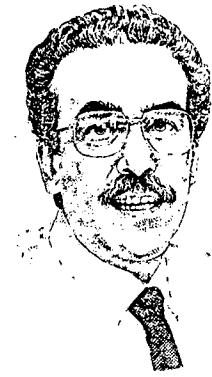
Secretário de Política Econômica revela que aceleração de preços em outubro passado ameaçou o plano de estabilização econômica

por Teodomiro Braga
de Belo Horizonte

Exibindo gráficos e estatísticas, o secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda, José Roberto Mendonça de Barros, afirma: o governo venceu sua primeira batalha contra o dragão da inflação após a implantação do Plano Real, mas a aceleração de preços verificada a partir de outubro passado ameaçou pôr à pique o programa de estabilização da economia. “A evolução dos índices deixa claro que corremos um grande risco de retomada da inflação alta, em função do aquecimento excessivo da economia”, diz o secretário. Ele não vacila em afirmar que o surto inflacionário já está debelado e por isso o momento é de “flexibilizar” o aperto dado na política monetária.

A avaliação se baseia na evolução do Índice de Preços por Atacado – Oferta Global da Indústria de Transformação, calculado pela Fundação Getúlio Vargas, excluídos o setor de alimentos e combustíveis. O dado que expressa a vitória da equipe econômica é a taxa de agosto: 0,37%. Anualizada, esse índice corresponde a apenas 4,53%, quatro vezes inferior à taxa de 16,66% acumulada nos últimos 12 meses. O indicador que melhor demonstra o perigo que rondou o Plano Real é a taxa de abril passado: 2,75%. Anualizada, essa taxa dá 38,48%, quase o triplo do índice de 13,96% apurado nos 12 meses anteriores. Todos os nove principais setores da indústria de transformação apresentavam, até abril, taxa mensal de inflação superior à mês anterior. Agora, todos os setores exibem desaceleração no aumento de preços.

O programa de estabilização esteve ameaçado, revela Mendonça de Barros, sobretudo entre os meses de março e abril, quando o aquecimento da economia atingiu seu auge, provocando uma perigosa contrapartida nos índices inflacionários. O melhor retrato daquela situação, aponta ele, é o gráfico sobre a trajetória do IPA-OG excluídos o setor de alimentos e combustíveis. Os preços dos alimentos industrializados foram retirados dos cálculos porque estavam influenciados por problemas climáticos e os dos combustíveis porque estavam conge-



José Roberto Mendonça de Barros

lados. Sem esses setores, o gráfico mostra a evolução sem disfarces dos preços da indústria: uma trajetória violentamente ascendente, que partiu do índice de -0,16% em agosto de 1994, que anualizado correspondia a -1,90%, para atingir em abril, o índice mensal de 2,75% – que, anualizado, correspondia a uma taxa de 38,48%.

Com as lojas cheias de consumidores, as taxas de inflação em alguns setores da indústria de transformação revelavam no final de 1994 e início deste ano um processo praticamente fora do controle. Refletindo os efeitos combinados do aumento de preços no mercado internacional e o crescimento interno da demanda, a ponto de faltar embalagens para produtos, a taxa de inflação no setor de papel e papelão, medida pelo IPA-OG da FGV, vinha subindo aceleradamente, desde outubro, até atingir 6,22% em março, número correspondente a uma taxa anualizada de 106,29%.

Expressando o outro lado das vendas a todo o vapor da indústria automobilística, os preços no setor de metalurgia também seguiam uma trajetória explosiva: seu pico foi em abril, quando a taxa mensal, igualmente calculada pelo IPA-OG da FGV, bateu em 4,44%, igual à taxa anualizada de 68,42%. Nesse mesmo mês, o índice de preços da indústria mecânica alcançava 3,43%, equivalente à taxa anualizada de 49,89%. Na indústria de material de transportes, o pico no aumento de preços foi em maio: 3,30% naquele mês, significando a alarmante taxa anual de 47,64%.

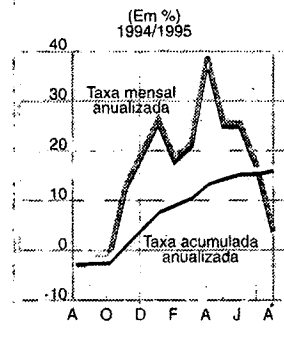
O quadro de crescimento exagerado da demanda, expõe Mendonça, ocorria si-

multaneamente com outra frente de batalha que ocupava as autoridades econômicas: o desajuste na balança comercial, com os crescentes déficits que afetaram as reservas internacionais do País, e os movimentos de saída de capital estrangeiro. “O pessimismo era grande”, lembra o secretário de Política Econômica, assinalando que a ascensão dos índices de inflação na indústria de transformação começou em outubro, enquanto os problemas na área externa surgiram a partir da derrocada do México, no final de 1994, nas vésperas da posse de Fernando Henrique.

“A evolução das taxas de inflação mostra que não tínhamos outra opção senão o desaquecimento da economia. Tinha se formado o quadro clássico de excesso de demanda”, afirma Mendonça de Barros. Ele diz que faz questão de realçar aquela conjuntura vivida pelo País no início do ano porque hoje, a seu ver, muitos dos críticos do Plano Real, tendem a minimizar aqueles problemas, sustentando que as medidas anti-consumo adotadas pelo governo foram desnecessárias ou fortes demais.

“Naquele momento o desa-

Indústria de transformação



* Exclusiva petróleo e produtos alimentares
A partir de agosto de 1995 o cálculo do acumulado ao ano considera o acumulado dos últimos 12 meses e não mais o acumulado anualizado

crucial”, insiste o secretário. “Se as medidas não tivessem sido adotadas, naquela intensidade, o programa de estabilização ficaria comprometido. Não seria possível haver estabilidade com crescimento da economia de 10,5% ao ano, como ocorreu no primeiro trimestre do ano, em comparação com o mesmo período de 1994”. Mendonça descreve a luta para debelar o início da retomada do processo de inflação alta como uma “grande batalha” que terminou agora, com a vitória da política do governo.

“Não tenho dúvida de que

o processo foi completamente revertido. Os objetivos foram atingidos e o momento agora é de flexibilizar as políticas, de reduzir as taxas de juros, diminuir os depósitos compulsórios”, anuncia ele. Ele descreve o ambiente econômico atual como “desanuviado”, como a inflação e o balanço de pagamentos sob controle, permitindo um crescimento equilibrado da economia, daqui para a frente, sem os altos e baixos verificados nos oito primeiros meses. “Nesse período tivemos o pior e o melhor dos mundos: o pior foi a quebra do México e o melhor a colocação do bônus do Tesouro Nacional no Japão, a taxas muito baixas”.

Sem as turbulências da fase encerrada em agosto, aponta Mendonça de Barros, “será muito mais fácil para todos”. Ele vislumbra uma nova e mais duradoura etapa do Plano Real, com crescimento anual na faixa de 5% ao ano. “Este é um nível de crescimento financeiro do ponto de vista do balanço de pagamentos e que não gera nenhuma pressão de preços”, explica. Nem mesmo o início do processo de recomposição das tarifas públicas e dos subsídios coletivos das principais

categorias de trabalhadores preocupam o secretário de Política Econômica.

O processo de aumento dos preços públicos, argumenta ele, entrou no espírito do Plano, deixando para trás o velho conceito das correções com base na inflação passada para incorporar itens como produtividade e volume de vendas. Da mesma forma, acrescenta, as negociações salariais também estão absorvendo estes novos prin-

cípios. Também está contribuindo de forma positiva para a consolidação da estabilização, aponta, o melhor ajustamento da população à inflação baixa, o que acabou com a sede de consumo dos primeiros meses do Plano Real e o endividamento que se medir os custos.

“O plano está razoavelmente redondo”, conclui José Roberto Mendonça de Barros. Otimista, ele diz que a retomada das vendas já reco-

meçou, citando o aumento nas consultas ao Serviço de Proteção ao Crédito (SPC) em São Paulo, que atingiu 75 mil consultas por semana: neste mês, contra média de 72 mil em agosto. Confiante, não vislumbra nenhum problema no horizonte que possa ameaçar esta nova fase do Plano Real. “Os desafios que temos pela frente são administração no dia-a-dia da política econômica e o embate das reformas no Congresso”